

Reunião Ministério do Planejamento Secretaria de Recursos Humanos (07.11.2007)

Representantes do Governo: Idel Profeta e Beth Muniz

Representantes do IBGE: Sérgio Côrtes e Antônio Fernando

**Representantes dos Trabalhadores: Executiva Nacional e Comissão de Mobilização Nacional.
Interlocutores – Susana, Dodô, Rodrigues e Miguel.**

O Secretário Duvanier Paiva está em uma audiência pública na Câmara Federal e não participará da reunião.

Idel apresenta informe sobre a GDIBGE, diz que todos os aspectos da regulamentação estão prontos, faltando apenas o problema da retroatividade que depende ainda de um parecer jurídico. Afirma que nos próximos dias devem concluir o projeto de regulamentação. Indagado pelo Da Matta sobre a entrega da minuta, conforme prometido pelo Secretário na reunião anterior, falou que volta com este assunto ao final da reunião.

Sobre o problema da revisão salarial – construíram no primeiro mandato uma política de recuperação do poder aquisitivo dos salários; agora estão fazendo uma política de absorção de gratificações fixas e outras remunerações (incorporação da GAE, por exemplo), diminuindo os penduricalhos, centrando no vencimento básico e a gratificação de desempenho.

Ainda estão sem condições de apresentar algo sobre a tabela do IBGE, mas querem seguir a discussão pensando no quadro macro da administração pública. O processo da carreira do IBGE ainda não foi concluído, porque ainda tem uma parcela a ser composta ao salário (fev.2008). Entendem que podem discutir a carreira à partir da formação de um grupo de trabalho. Aqui nesta mesa devemos discutir sua formatação, prazos, etc.

Susana – Explicou que a proposta do IBGE foi submetida às assembleias e não houve acordo, neste sentido reafirma a necessidade da revisão salarial do NI. O problema do debate sobre a carreira, neste momento, está superado, portanto não entendemos porque dessa discussão agora, quando nosso pleito é a revisão da carreira para 76 % dos trabalhadores do órgão. Falou que não nos furtamos ao debate sobre democracia no órgão e até mesmo um congresso institucional, mas não vemos isso como centro neste exato momento. A sensação é que o debate que apresentamos não tem importância para o governo.

Idel – O IBGE se insere no contexto do serviço público. Temos dificuldades de consubstanciar uma proposta para vocês, embora entendamos que é preciso construir um realinhamento para a carreira. Não temos como apresentar algo concreto para os trabalhadores, além disso, estamos envolvidos em discussão acerca de carreira e recomposição de tabelas salariais também para seus co-irmãos da Carreira de C&T.

Respeitamos o ASSIBGE-SN pela sua tradição, pela sua importância na criação da Mesa Nacional de Negociação permanente e pela sua história. Não há desrespeito com a entidade! Agora, defendemos o grupo de trabalho, porque precisamos diferenciar o que é um trabalhador de apoio de um trabalhador técnico, para isso é preciso discutir e identificar o perfil dessas atividades e atribuições. Desta forma, se poderá fazer o realinhamento que o governo está pensando nesta carreira.

Junior – falou da lógica assimétrica e que isso leva a injustiça à carreira, inclusive apresentando prazos elásticos. Não entram aí boa parte dos servidores, especialmente os aposentados. Isso não se refere ao que de fato queremos na mesa agora.

Susana – é normal que o IBGE se prepare e elabore proposta para a gestão de competência no órgão. Isso é legítimo! Mas não é imediato! Nós, no entanto, entendemos que há questões a serem definidas no imediato, a revisão para nós é central. Precisamos discutir sobre isso e procurar avançar.

Idel – quando melhoramos o VB, o tornamos mais robusto, com mais sustança, isso se reflete nos salários dos aposentados. Então, não é: “coitadinhos dos aposentados”; seus salários também estão sendo valorizados. Agora, todo esse processo é de longo prazo, não termina neste governo.

Júnior – reafirmou seu argumento de que o governo segue dividindo os trabalhadores e separando-os por classes.

Idel – Defende que a política de diferenciação é normal no serviço público, mas o VB torna os aposentados melhor remunerados. A gestão de competência já é aplicada no BB há 15 anos e é bastante positiva. Dialoga com a democracia, pois além de meritocrática, também é democrática. Evita, por exemplo, que ao mudar o governo, mude também o gerenciamento da máquina pública.

Lea – Quando falam que não pode ver nada neste momento, significa o quê? Qual o tempo para essa resolução.

Dodô – A casa passa por uma crise por conta da implantação do plano. Há uma grande insatisfação e até agora ninguém falou em negociar. Apresentamos uma proposta e não há resposta, ou seja, não foi até agora apresentada nenhuma contra proposta. Seguimos para um impasse, ou nós aceitamos o que vocês apresentam ou não há discussão (?). Fala-se em negociação, mas esta não ocorreu. Não há aproximação entre as partes.

Miguel – Lá atrás o governo falava que sem diretrizes de plano de carreira não haveria nenhum plano de carreira. Agora houve uma série de planos instituídos pelo governo. Bom, o que vai ser apresentado para 2008, nós apresentamos 42%, o governo vai apresentar o que? O governo fala que tudo deve ser em longo prazo, queremos saber no curto prazo, há alguma coisa?

Idel – a argumentação de igualdade percentual entre NI e NS é muito frágil, não tem consistência. Não vamos conceder nada por conta disso. O governo vai apresentar uma política remuneratória para o período 2007-2010. Vocês tiveram ganhos, apesar de toda a política de perda do governo FHC. O curto espaço de tempo pode ser de 20 dias ou menos, mas não vamos nos comprometer com esse tempo. Já o GT é uma proposta que vai tratar de outro viés da carreira, é outra coisa.

Sérgio – Há duas propostas: revisão de 42 % (trabalhadores) e outra que é uma revisão que pode ser 42%, mais ou menos, dentro de um estudo que o governo fará (IBGE). Vamos fazer isso! Hoje está extremamente difícil apresentar um percentual. Não há uma janela de oportunidades para apresentar uma proposta neste sentido. Mas há uma boa vontade muito grande no MP para discutir com a área de orçamento a proposta que vocês estão apresentando, combinando com a proposta do governo. Hoje não há recurso, mas pode ser construída em conjunto com os sindicatos (igual as demais categorias) uma proposta orçamentária. Há outro debate, qual a barreira que as pessoas precisam transpor para alcançar um nível mais acima na carreira. A SRH tem nossa reivindicação e vai tentar construir uma proposta junto com as outras categorias. Outro ponto é o estudo das barreiras a serem transpostas. Todos têm a mesma oportunidade, mas alguns poderão ter uma vantagem maior em função de suas habilidades.

Susana – Gestão de competência é uma coisa, agora identificar e conceituar cada servidor combinando a implantação da gestão de competência e a valorização na carreira não tem acordo.

Idel – Nós temos olhares diferenciados. Ontem, enquanto sindicalista, eu defendia a carreira da seguridade, hoje, como gestor, vejo a necessidade de uma única carreira, inclusive para haver mobilidade dentro do órgão. Reafirma que no curto espaço de tempo não há possibilidade de apresentar proposta.

Beth - Vocês estão mais avançados que os outros, é um processo diferente. Nem foi integralizada a última parcela da carreira e já estão propondo alterações, enquanto isso várias categorias nem chegaram ao primeiro patamar. Por isso, fica difícil avançar com alguma coisa no curto prazo, isso justifica o prazo de seis meses que o Sérgio apresenta.

Sérgio – Não só isso, há o final de ano, férias, etc ...

Rodrigues – Não estamos interessados em um impasse nesta mesa, mas ressaltamos as distorções criadas na carreira e entendemos que é preciso corrigi-las.

Dodô – Quando os argumentos são nossos, eles são frágeis, mas os do governo e do IBGE não! Criticou a visão gestor/sindicalista de Idel. Nossos argumentos não são frágeis.

Idel – Quando falamos que o argumento é frágil é porque não entendemos correto indexar os valores de uma carreira para outra, não se sustenta politicamente. As tabelas de NI do IBGE estão entre as melhores tabelas da administração pública e não entre as piores. Evidente que não significa que não mereçam ganhar mais pela qualidade do trabalho que desenvolvem. Susana gastou um longo tempo em uma das reuniões para falar da importância do trabalho do IBGE. Temos compreensão sobre isso. Para valorizar o servidor, queremos, inclusive, acabar com a terceirização até o ano de 2010.

Da Matta – Tivemos um tratamento diferenciado sobre a implantação do plano de carreira porque vários órgãos tiveram implementação imediata de suas tabelas e a nossa foi parcelada em várias vezes. Podemos estar melhor em relação à algumas carreiras, mas bem pior em relação à outras. Estamos discutindo correção de erros na carreira, não reajuste salarial pós-implantação do plano.

Lea – Argumentou sobre a importância do NI e seu tamanho (76%) explicando que este não é um argumento frágil, mas muito forte.

Idel – Não falei que vocês querem as coisas da noite para o dia, mas que o nosso tempo é diferente. Não temos condições de apresentar nenhum percentual no curto prazo. Embora não desconsideremos suas argumentações. Não adianta marcar uma nova reunião para a próxima semana e depois e gerar uma frustração por não termos proposta nenhuma para apresentar. Então precisamos apresentar a senha correta.

Junior – É um processo, um produto ou a matéria em constante construção.

Idel – Devemos discutir qual a saída para o processo final. Deixar uma agenda marcada no curto prazo é perda de tempo. O Sérgio, por exemplo, apresenta uma senha de seis meses.

Sérgio – No item percentual não temos o que negociar! A área econômica não nos deu essa margem, como fizemos outrora. Revisão só nas tabelas salariais do IBGE antes da implantação do plano. Antes de fevereiro de 2008 não haverá nenhuma proposta. Outra coisa é inserir o IBGE na revisão a ser feita no conjunto dos servidores para 2008 ou 2009. A proposta é, após esse período, iniciar as tratativas para aplicação de um percentual. Em síntese há duas proposições: Reposição salarial na carreira e revisão da estrutura de tabela do NI. Devemos fazer o estudo conjunto e depois

avaliar a possibilidade de sua aplicação ou não. Há setores que reivindicam diferenciações dentro da carreira, mais de quatrocentos servidores estão reivindicando isso.

Idel – Estamos negociando. Propomos um GT para estudar a carreira e a verificação de tabelas. Se vocês não quiserem fazer o estudo conjunto, isso não significa que o IBGE não pode fazer seus estudos. Aqui já foram construídos vários GTs que ao final, alguns desses, fecharam com três posições: das entidades, do governo e da direção do órgão.

Beth – Queremos construir um processo conjunto, ainda que o resultado não seja de consenso.

Sérgio – Minha sugestão é montar um grupo com representação nacional (direção/sindicato). Vocês podem responder depois sobre isso.

Idel – Não estamos suspendendo o processo de negociação, mas precisamos de um tempo para preparar alguma coisa. Mas gostaria de avaliar a constituição do GT.

Susana – Já rejeitamos a proposta do IBGE e vamos ter um fórum nacional que vai avaliar o processo até aqui. Os trabalhadores não mostraram interesse na proposta que foi apresentada. Queremos o IBGE nestas reuniões e com alternativas semelhantes às nossas dentro de um processo negociado.

Idel – Queremos mais uma reunião ainda este ano. É possível marcar uma nova reunião lá no IBGE com nosso acompanhamento? Podemos apresentar uma proposta formatada na próxima reunião.

Sérgio – Sobre o reajuste do MP o governo só apresentará em 2008 e a proposta do IBGE foi rejeitada pela categoria. Podemos dizer isso?

Beth – Não estamos colocando na lata do lixo a proposta de vocês, tão logo tenhamos uma sinalização do governo (área econômica) retomamos a discussão sobre ela.

Idel – No primeiro mandato ninguém ganhou menos que a inflação. No segundo vamos rever as carreiras sem tratamento diferenciado, assim, vamos rever o caso de vocês. Para fechar essa reunião, assumo compromisso de encaminhar amanhã uma minuta com os principais pontos da regulamentação da GDIBGE para os e-mails de todos os presentes à reunião.